

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTEND. ESTAD. DE COMPRAS E LICITAÇÕES/RO

Recurso Administrativo
Pregão Eletrônico n. 429/2022

SOLO NETWORK BRASIL S/A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.258.246/0001-68, com endereço à Rod. Dep. João Leopoldo Jacomel, 12475 - Centro, Pinhais - PR, 83323-410, vem por meio de seu representante legal, que a esta subscreve, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar suas RAZÕES RECURSAIS quanto a habilitação da empresa LAURO RENATO ROCHA LIMA pelas razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas:

1. DOS FATOS.

O certame em epígrafe, processado sob a responsabilidade de V. Sa. no dia 18/07/2022 julgou vencedora a empresa LAURO RENATO ROCHA LIMA, para os lotes 01 e 02. No entanto, como será a seguir explanado, tal empresa não comprovou, em sua documentação de habilitação, um dos mais relevantes requisitos exigidos no edital eivando, desta forma, o certame de nulidades. Em outro aspecto, dados os ritos apresentados no processo de diligência, entendemos que um dos princípios básicos de qualquer pleito licitatório foi ferido: a isonomia.

2. MÉRITO. IMPOSIÇÃO DO EDITAL. DOCUMENTAÇÃO FALTANTE.

Nos termos do item 13.8, alínea "c" do Edital, temos:

"13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (...)"

c) Declaração assinada pelo representante legal da licitante de que disponibilizará no momento da assinatura do contrato, documento e/ou certificado para comprovação de que é cadastrada e de que participa do Programa de Parceria Microsoft, possuindo competência para ofertar os produtos que estão sendo licitados, conforme abaixo:

Gold ou Silver Partner Network em:

- Datacenter;
- Communications;
- Messaging
- Cloud Productivity."

Segundo o Edital, o licitante deve apresentar declaração assinada de que disponibilizará documento e/ou certificado comprovando que possui cadastro e que participa do programa de parceria Microsoft.

Note-se que não é exigido, neste momento, o certificado em si, já que o mesmo deverá ser apresentado apenas no momento da contratação. O que se exige neste momento é a declaração assinada de que, quando for o momento, apresentará referido certificado.

Ocorre que tal declaração não foi apresentada. Em diligências no site da Microsoft não foi possível localizar qualquer cadastro ou parceria firmada com a empresa vencedora, o que, em tese, explicaria o motivo pelo qual o documento não tenha sido apresentado.

Com efeito, a licitante apresentou apenas um documento extraído na internet informando alguns dados como: "Habilidades e Funcionalidades Consultoria e Profissional Educação Exchange Ferramentas de Desenvolvedor Governo Licenciamento Microsoft 365 Office 365 Power BI Project SharePoint SQL Visio Windows". O que, contudo, não é exigido.

Tais comprovações foram solicitadas justamente para atestar a capacidade da empresa arrematante e não podem ser desconsideradas.

Cumpramos observar que, a despeito da praticidade e menor rigorismo usualmente associados a contratação na modalidade pregão, é certo que a Lei 8.666/93 aplica-se subsidiariamente a este tipo de certame, especialmente para garantir a isonomia entre os participantes, a estrita vinculação ao edital e a legalidade.

No presente caso, em razão do explanado anteriormente, observa-se que não houve estrita vinculação ao instrumento convocatório, o que fere o Art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos; (grifo nosso)

Devendo, portanto, ser anulado o ato, nos moldes do Art. 49 da mesma lei:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

É como se tem decidido no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme precedente abaixo:

PREGÃO - desclassificação da proposta vencedora em razão de erro formal em documento de habilitação - a natureza do pregão, modalidade simplificada de licitação, não se coaduna com exigências meramente formais quanto à capacidade econômico-financeira do vencedor - segurança concedida recursos improvidos. (TJ-SP - REEX: 43684420108260053 SP 0004368-44.2010.8.26.0053, Relator: Franklin Nogueira, Data de Julgamento: 26/04/2011, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 09/05/2011)

É, como todo respeito e acatamento o que tinha a relatar.

3. DO PEDIDO.

Pelas razões acima expostas, no presente Recurso Administrativo, requer digno-se o órgão licitante, por sua autoridade competente, a acolher os pedidos formulados a fim de:

- a) Desclassificar a empresa LAURO RENATO ROCHA reconhecendo o não atendimento de requisitos técnicos em sua proposta quanto ao item 13.8;
- b) Seja dado seguimento ao certame, com análise de documentação referente a habilitação administrativo/financeira e técnica das demais classificadas.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Pinhais, 04 de agosto de 2022.

SOLO NETWORK BRASIL S.A.
CNPJ: 00.258.246/0001-68
RAFAEL FÉLIX HAHN LEHMKUHL
PROCURADOR
RG: 10.005.035-8
CPF: 061.165.099-16

Fchar